

FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA – FARESC  
IN LITTERAS – REVISTA DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA

*MEMÓRIAS DO CÁRCERE, DE GRACILIANO RAMOS, E UN MUNDO APARTE, DE  
GUSTAW HERLING-GRUDZINSKI: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE MEMÓRIA,  
TESTEMUNHO E TRADUÇÃO*

OZAKI, Francine Fabiana<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo busca propor uma aproximação entre os conceitos de memória, testemunho e tradução na literatura, na medida em que podemos considerar o testemunho como uma forma de tradução da memória. Para isso, utilizamos conceitos de Marcio Selizgmann-Silva (2005) e Geoffrey Hartman (2000) para definir os três conceitos, bem como a compreensão de tradução enquanto atividade crítica de Haroldo de Campos (1992). Tendo esses conceitos como aporte, realizamos uma análise comparativa de duas obras que registram os testemunhos de seus autores-narradores: *Un Mundo Aparte* (2000), tradução espanhola de *Inny swiat* de Gustaw Herling-Grudzinski, situada na Polônia durante o Holocausto, e *Memórias do Cárcere* (1953), de Graciliano Ramos, situada durante o Levante Comunista de 1935 no Brasil, especialmente nos momentos em que os narradores-autores discutem a sua prática e seus motivos para escrever.

**Palavras-chave:** Literatura comparada. Tradução. Testemunho.

Em seu texto “Globalização, tradução e memória” (2005), o professor Márcio Seligmann-Silva aborda a relação entre essas três frentes que, por si só, rendem discussões extensas. Primeiramente, o professor ressalta que há atualmente uma tensão entre duas tendências aparentemente opostas: de um lado, o historicismo, que defende respeito rigoroso às diferenças históricas e culturais; do outro lado, observa-se a dissolução das fronteiras nacionais, bem como a implantação do capitalismo em sua fase de globalização e internacionalização do capital, sendo que a globalização seria um fator de nivelamento das diferenças. Tendo isso em vista, o professor afirma que

É evidente que essa “redução da diferença” a um “mínimo denominador comum” – a saber, à cultura de massas – também é contraposta por um movimento de autoafirmação das “minorias” que deve ser compreendido em todo o seu significado

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Literários, sub-área Estudos da Tradução, na Universidade Federal do Paraná. Bacharel em Letras, Português - Inglês, com ênfase em Estudos da Tradução também na Universidade Federal do Paraná. Professora do curso de Letras das Faculdades Santa Cruz de Curitiba.

cultural: a era pós-colonial é marcada pelas estratégias culturais da subversão da ação normalizadora da globalização. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 205)

Sendo assim, o discurso pós-colonial trabalharia no sentido de introduzir uma nova política de identidade e construção histórica, negando a *mimesis*, no sentido que define por “imitação servil da cultura da metrópole” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 206), desenvolvendo um discurso antirrepresentacionista que se baseia na reconstrução de discursos identitários.

Tal discurso vai ao encontro de certas discussões em torno da teoria da tradução, cujo discurso pós-colonial defende a re-atualização do passado ou uma descrição do mesmo da forma mais *literal* possível. No entanto, os debates atuais acerca da tradução nos mostram os *limites* na tradução, e como essa atividade, assim como qualquer outro tipo de interpretação, é determinada pelo *presente*. Portanto, a política de tradução antimimética destrói a noção de original imutável, cristalizado e imune à ação do tempo e da interação entre culturas.

É desse modo, portanto, que notamos nos estudos da tradução uma recusa a essa razão universalizante que nega as diferenças, criticando-se a globalização enquanto força homogeneizadora e aplanadora das diferenças. Sendo assim, a tradução enquanto *Versetzung*, como um transplante para a língua/cultura de partida seria “colonizadora” da língua de partida, submetendo o outro à lei da casa, sendo anti-hospitaleira e, portanto, um protomodelo da globalização (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 209).

Essa compreensão de tradução, segundo o professor, visaria a aniquilação da tradução vista enquanto passagem, mudança e criação, enfim, enquanto a tarefa a que se refere Walter Benjamin, um desafio, algo necessário, mas ao mesmo tempo impossível. Seligmann ainda acrescenta que “a *Versetzung* é necessária para a compreensão do outro. Temos que nos colocar na posição do ‘outro’ para tentar compreendê-lo” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 210). No entanto, sabemos que há algo de intraduzível no outro, pois ele pertence à outra cultura, fala outra língua, e a nossa não dá conta de reproduzir isso, uma vez que as línguas são imperfeitas.

É nesse sentido que Seligmann-Silva aproxima a questão da Shoah daquela do intraduzível, uma vez que esta é redimensionada por aquela, pois, segundo o professor, não há uma “monolíngua” que dê conta de se abarcar o “todo”. Também, “o efeito desse evento em nossa cultura, trazendo à luz de modo irrefutável em que medida a identidade só se estabelece a partir dos traumas (e não de uma formação linear e ascendente)” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 211). Exemplo disso seria o nazismo, que se caracterizou por uma tentativa de

construir uma língua radicalmente autocentrada, no entanto, incapaz de lidar com o outro, diferente de si mesma, e por isso, só podendo se estruturar via *eliminação* desse outro.

É nesse sentido que a visão de tradução historicista (aquela das *belles infidèles*) é posta em xeque pela questão da tradução como convivência entre culturas. A Shoah introduz, portanto, na teoria da tradução, a consciência da insuficiência dessas práticas tradicionais de historiografia, do mesmo modo como ela “trava a maquinaria da historiografia tradicional enquanto meio de representar o passado” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 211). E o professor ainda acrescenta:

Com a Shoah, o paradigma da representação sofre um abalo: esse evento mostra em que medida o “real” não pode ser totalmente traduzido e como a língua nem simplesmente “transporta sentidos” nem meramente “constrói a realidade” *ex nihilo*; por outro lado, esse evento exige representação. Voltamos, portanto, ao registro do *double bind*: da necessidade e da impossibilidade da tradução. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 211)

Seligmann-Silva afirma ainda que a Shoah nos aproxima de uma outra forma de registro do passado: aquele da memória. E, enquanto que o discurso historiográfico trabalha no sentido de “traduzir o passado” trazendo fatos, em um movimento de *normalização*, “encobrendo” o passado e deixando de fora um “resto” (o trauma, o real), “a Memória constitui-se de um dispositivo de tradução do passado que justamente trabalha a partir do ‘resto’ e do ‘trauma’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, pp. 211-212).

A historiografia, com seu discurso de fidelidade aos fatos, não deixa espaço para alteridade e, portanto, para as diferenças. Estas apenas ganharão espaço com a memória, que, segundo o professor, “é o espaço da comunicação com o ‘outro’ como formador do ‘eu’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 212). Portanto, constrói-se a política da identidade a partir da catástrofe, das mortes e das suas ruínas – do trauma, da ruptura, e não através de uma linha temporal contínua e ascendente.

A consciência histórica acreditava-se supra-individual, objetiva e desprezava tanto o testemunho individual como a memória coletiva: ela acreditava-se na exigência de um passado (cronológico) que poderia ser igualmente traduzido. Já a memória funciona de modo diverso: para ela existem *traços/imagens* do passado que povoam o nosso *presente*. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 212)

Nessa mesma via, Geoffrey H. Hartman, em seu texto “Holocausto, Testemunho, Arte e Trauma” (1994), traz um questionamento:

[...] será nossa capacidade para a simpatia finita e rapidamente exaurível? Neste caso, poderia ser, de fato, importante manter as primeiras impressões, mesmo as dolorosas e chocantes. Elas se tornam talismânicas: ideias fixas de nossa capacidade passada e futura de sentir, de experienciar *alguma coisa*. É na busca de tais memórias definidoras que abandonamos a questão dos limites representacionais para

buscar nos “cortar”, como os psicóticos que se asseguram desta maneira de que existem. Como se apenas um trauma pessoal ou histórico (sangro, logo existo) pudesse nos vincular à vida. (HARTMAN, 1994, pp. 209-210)

O trecho acima corrobora a visão de memória defendida pelo professor Seligmann-Silva, na medida em que mostra como a questão do trauma se mostra importante para a construção de um testemunho.

O texto de Hartman também se aproxima daquele de Seligmann-Silva ao afirmar que “os imperativos contraditórios do lembrar e do esquecer continuam tão fortes quanto antes” (HARTMAN, 1994, p. 213), ou seja, a memória também constitui um *double-bind* na medida em que há uma necessidade de se dar forma àquilo que povoa a memória, no entanto, a língua não dá conta de descrever tamanho horror.

Como exemplo disso, Hartman cita Aharon Applefield, sobrevivente de um campo de extermínio, que afirma que “[Testemunhos] são na verdade repressões [...], nem introspecção nem nada semelhante, mas antes o entrelaçar cuidadoso de fatos externos de forma a mascarar a verdade interna.” (HARTMAN, 1994, p. 214). Hartman ainda explica que

Por “verdade interna”, Applefield não quer dizer o fogo da memória em si, mas uma escuridão que ela ilumina: a sensação de não-identidade do sobrevivente, de um eu fantasmagórico, danificado por “anos de sofrimento [que] lentamente apaga a imagem de humanidade dentro dele...” (HARTMAN, 1994, p. 214).

O testemunho, portanto, seria então uma forma de tentar recuperar essa identidade que se sente perdida. A testemunha, então, “conduz sua própria luta com a memória” (HARTMAN, 1994, p. 215) e pode optar por fornecer seu testemunho ou reprimir a memória. Mas para prover um testemunho, Applefield acrescenta, “para ‘transmitir a experiência terrível’, precisamos de *todas* as nossas instituições de memória: da escrita histórica tanto quanto do testemunho, do testemunho tanto quanto da arte” (HARTMAN, 1994, p. 215, grifos do original).

É, portanto, no momento em que a representação deixa de ser apenas “escrita histórica” e passa a ser testemunho é que podemos pensar que o testemunho é também um ato de tradução, pois saímos da mera esfera da história (relato fiel) e passamos para a esfera da arte, uma vez que o testemunho vem impregnado de uma visão pessoal, particular e, portanto, crítica dos fatos ocorridos. Pois, conforme afirma o poeta e teórico da tradução Haroldo de Campos, “toda a tradução é crítica” (CAMPOS, 1992, p. 32).

Conforme afirma o Seligmann-Silva, assim como a tradução, o trabalho da memória pressupõe que o embate com o passado não só sofre interferência, como é guiado por situações do presente. É nesse sentido que se pode entender que a construção da memória é

também um ato de tradução, pois é também uma forma de leitura individual do ocorrido e, como tal, ela não pode ser acrítica, ela carrega em si uma visão pessoal, uma forma de interpretar o passado.

Embora Hartman (1994) afirme que os relatos de testemunho não são uma forma de arte, discordamos dessa perspectiva, na medida em que, conforme mostramos acima, é possível entender que testemunhar é uma forma de ler o passado, de traduzi-lo, de recriá-lo a partir de uma perspectiva própria. Seria semelhante a dizer, por exemplo, que uma tradução de um livro não é uma obra de arte.

Se, portanto, entendemos o testemunho como uma forma de tradução da memória e, enquanto tal, não é um trabalho acrítico, mas está carregado de uma perspectiva pessoal dos fatos ocorridos, propomos, para o âmbito deste trabalho, analisar em que medida essa visão pessoal encontra-se explícita nos discursos de *Un Mundo Aparte* (2000), tradução espanhola de *Inny swiat* de Gustaw Herling-Grudzinski, e *Memórias do Cárcere* (1953), de Graciliano Ramos, especialmente nos momentos em que os narradores-autores discutem a sua prática e seus motivos para escrever. Para tanto, selecionamos trechos de cada uma das obras supracitadas, que serão transcritos ou indicados em momento oportuno.

No entanto, vale destacar que a análise que propomos aqui não se pretende exaustiva, mas apenas preliminar e propositalmente superficial, por questões de tempo e espaço. Um estudo comparatista entre ambas as obras seria extremamente relevante e proveria muito mais discussões além desta que propomos aqui.

Em *Un Mundo Aparte* (2000), notamos em Herling-Grudzinski um narrador muito mais consciente dos fatos passados, demonstrando um profundo entendimento daquilo que viveu e do sistema que o fez prisioneiro. Embora faltem algumas peças que seu olhar não captou durante sua experiência, os fatos vão se encaixando na medida em que a narrativa avança, criando uma espécie de mosaico da máquina do Gulag. Seus inimigos, presentes na Polônia, no coração da Europa, mostravam-se mais facilmente identificáveis do que aqueles de Graciliano Ramos, por exemplo, uma vez que sua narrativa está focada nos anos mais duros da 2a. Guerra Mundial, durante o domínio de Stálin.

Seu olhar sobre os fatos, embora retrospectivo, abre caminho para os fatos que se descortinam através das palavras do escritor. No entanto, Herling-Grudzinski (2000) opta por manter o foco de sua narrativa nas pessoas que encontrou ao longo de sua estada no Gulag. No trecho a seguir, presente já nas páginas finais do livro, mostra uma análise posterior do autor de um trecho de seu diário, em que descreve a cidade de Sverdlosk, a que chegou após a sua soltura:

Esta descripción, descolorida pero creo que también fiel, fue lo primero que escribí en dos años. Lo que más me sorprende ahora en ella es la exageración (ese “animal herido”) tan típico de un escritor joven que intenta captar una impresión aún fresca en su mente. Si ahora tuviera que hacer una descripción de Sverdlosk, probablemente insistiría más en los seres humanos que en la arquitectura. (HERLING-GRUDZINSKI, 2000, p. 336)

Tal impulso por focar-se nas pessoas mais que nos fatos pode ser observado ao longo da maior parte do livro. Dotado de grande senso analítico, Herling-Grudzinski mostra uma capacidade de dar ouvidos com imenso discernimento às diversas vozes com quem teve contato ao longo de sua experiência. Portanto, mesmo a narrativa se dando em primeira pessoa, é possível observar a presença de diversas vozes ao longo do livro.

Quanto às razões que o impulsionaram a levar a cabo seu testemunho, Herling-Grudzinski assume o compromisso testemunhal de denunciar e prover seu depoimento histórico acerca dos instrumentos de violência que presenciou. Para tanto, opta por fazê-lo da forma mais clara e dura possível, como um retrato fidedigno daquele momento da história. A esse respeito, ressalta-se o seguinte trecho do livro como exemplo:

He llegado a la convicción de que el hombre sólo puede actuar como un ser humano en condiciones humanas y considero absurdo que se le juzgue con severidad por los actos que realiza en condiciones inhumanas, tan absurdo como analizar el agua desde el punto de vista del fuego, o la tierra desde el infierno. Y la dificultad, para un escritor que quiera describir objetivamente un campo de trabajo soviético, radica en que se ve obligado a descender a unos infiernos que explique los actos inhumanos. Y desde ahí abajo, los rostros de sus compañeros muertos y de los que aún están con vida lo miran y susurran, con los labios vividos de hambre y frío: “Cuenta toda la verdad sobre nosotros, di lo que estamos obligados a hacer”. (HERLING-GRUDZINSKI, 2000, p. 195)

Quanto ao efeito que tal opção do autor causa, o professor Marcelo Paiva de Souza afirma, em seu texto “Passados a Construir: sobre *Um outro mundo*, de Gustaw Herling-Grudzinski”, que,

adotando uma perspectiva muito francamente humana, um ponto de vista oblíquo, restrito e lacunar, o relato descortina com dramatismo tanto maior, à luz gritante do contraste, o maciço totalitário dos campos soviéticos e sua radical desumanidade. (SOUZA, 2011, p. 13).

É nesse sentido que podemos perceber que a forma crítica como se dá a construção do discurso do autor, de sua “tradução” dos fatos ocorridos. O apelo gerado pelo foco no elemento humano aumenta o grau de dramaticidade, bem como o contraste que existe entre tais elementos e o ambiente do Gulag. Portanto, o retrato de Herling-Grudzinski (2000), embora se proponha fiel e objetivo, não se abstém de uma visão particular, mesmo que, em um primeiro momento, o leitor possa se deixar enganar pela forma objetiva como é narrada especialmente a primeira parte do livro.

Na contramão, Graciliano Ramos em seu *Memórias do Cárcere* (1953), apresenta sua narrativa com caráter difuso, articulando-se em eixos mais fluidos, uma vez que, ao contrário de Herling-Grudzinski (2000), seus inimigos não eram tão claros ou personificados em soldados fardados.

Seu olhar, também retrospectivo, não se limita ao período que marca sua experiência no cárcere, mas viaja também até a infância em algumas poucas vezes. Também diferentemente de Herling-Grudzinski, sua narrativa não trata de abrir caminhos, mas de revisitar caminhos trilhados, em uma autocrítica que busca, dentre outras coisas, tentar entender o que se passou e o que havia feito para chegar ali, uma dúvida que muito o torturou.

Sua escrita difusa, não mostra com exatidão todos os fatos e personagens que o cercaram, mas ecoa o discurso pronto e pré-fabricado, concebido pelo partido político a que pertencia. No entanto, é possível notar as dúvidas que tinha acerca daquela ideologia que lhe era imposta. Portanto, ao contrário de Herling-Grudzinski, não há certezas no testemunho de Graciliano Ramos.

Como exemplo disso, observa-se o parágrafo inicial, que abre o primeiro capítulo do livro:

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos porque silencieei e porque me decido. Não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível, redigir esta narrativa. Além disso, julgando a matéria superior às minhas forças, esperei que outros mais aptos se ocupassem dela. Não vai aqui falsa modéstia, como adiante se verá. Também me afligiu a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (RAMOS, 2008, pp. 11-12)

A partir deste trecho, é possível observar que, embora forçado pelas circunstâncias a não utilizar as anotações que fizera ao longo do período em que esteve encarcerado, Graciliano mostra-se até mesmo aliviado por não poder consultar esse material e ser obrigado a confiar na memória, muito embora o autor faça referência a essas anotações diversas vezes ao longo do livro. No entanto, o caráter memorial da narrativa, não baseado em notas feitas em tempo presente, pelo menos do ponto de vista do autor, parece aliviá-lo de seu fardo, conforme exemplificado neste trecho também do primeiro capítulo:

Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consultá-lo a cada instante, mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata de uma partida, quantas demoradas tristezas se aqueciam ao sol pálido, em manhã de bruma, a cor das folhas que tombavam das árvores, num pátio

branco, a forma dos montes verdes, tintos de luz, frases autênticas, gestos, gritos, gemidos. Mas que significa isso? Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis. E se esmoreceram, deixá-las no esquecimento: valiam pouco, pelo menos imagino que valiam pouco. Outras, porém, conservaram-se, cresceram, associaram-se, e é inevitável mencioná-las. Afirmarei que sejam absolutamente exatas? *Leviandade*. (RAMOS, 2008, p. 15)

Sem a posse desse material, o autor vê-se em uma situação de maior liberdade, como observamos neste trecho: “Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente.” (RAMOS, 2008, p. 14).

Aqui, o narrador medita torturadamente sobre a figura do eu, chegando ao ponto de afirmar que preferia não narrar em primeira pessoa, mas o faz por mera comodidade, e revisita toda a sua obra. Nesta narrativa, a figura do “eu” mostra-se muito mais em destaque, relegando os demais personagens a coadjuvantes, mostrando-se menos aberto a escutar essas outras vozes que permeiam aquele meio.

Ao contrário de Herling-Grudzinski, Graciliano já era um escritor estabelecido quando escreveu suas memórias. Portanto, possui um olhar de quem julga ao mesmo tempo em que revisita sua experiência. Seu compromisso aqui é com a literatura muito mais do que com a realidade histórica. Desse modo, vê-se envolvido em uma outra ética. Podemos observar a forma como Graciliano lida com a perspectiva de realidade a partir do trecho a seguir: “Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade.” (RAMOS, 2008, p. 15).

Nesse sentido, Graciliano parece muito mais consciente de que seu testemunho coloca-se muito mais enquanto posicionamento crítico do que Herling-Grudzinski. O autor brasileiro coloca abertamente que a perspectiva pela qual seu relato se constrói é própria e não se objetiva enquanto verdade absoluta, aproximando-se do entendimento de testemunho enquanto tradução que mostramos aqui. Embora o testemunho do autor polonês também se coloque enquanto tal, Graciliano Ramos está consciente deste fato e se coloca como tal.

O não mais “culto ao original” a que se refere o professor Seligmann-Silva também encontra equivalência aqui no sentido de que, a partir da obra de Graciliano Ramos, não há também um “culto” a um passado absoluto e imutável, em que os fatos históricos detêm a verdade dos acontecimentos. Vemos aqui verdades individuais construídas a partir de experiências individuais, traduzidas em forma de testemunho.

## REFERÊNCIAS

HARTMAN, Geoffrey H. “Holocausto, Testemunho, Arte e Trauma”. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Marcio (orgs.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000. pp. 207-235.

HERLING-GRUDZINSKI, Gustaw. *Um Mundo Aparte*. Madrid: Turpial & Amaranto, 2000.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Record, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. “Globalização, Tradução e Memória”. In: \_\_\_\_\_. *O Local da Diferença*. São Paulo: Editora 34, 2005. pp. 205-213.

SOUZA, Marcelo Paiva de. “Passados a Construir: sobre *Um outro mundo*, de Gustaw Herling-Grudzinski”. In: ALEA, vol. 13.2, julho-dezembro 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alea/v13n2/05.pdf>. Acesso em 23 jun. 2017.